

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

Edital 15/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	180363-ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)	DANILO AUGUSTO LEITE MARTINS	15/05/2026 08:41 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		057.00194785/2026-46

1. Edital Completo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-363/0014/26
SIASG Nº 90014/2026
Processo Nº 20260401644
Processo SEI Nº 057.00194785/2026-46

CONTRATANTE

UASG 180.363

OBJETO

Serviço de Instalação de Sistema de CFTV na sede do 17º BPM/M e Unidades Subordinadas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 206.311,35 (duzentos e seis mil e trezentos e onze reais e trinta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/06/2026 às 08h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1.	DO OBJETO.....	4
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	6
7.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	8
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	9
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	10
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	10
11.	DOS RECURSOS.....	10
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	10
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	11
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANO DOZE
CPA/M-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 363/0014/26
Processo SEI nº 057.00194785/2026-46

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Comando de Policiamento de Área Metropolitana Doze – CPA/M-12, sediado na Rua Coronel Souza Franco, 1010, Centro, Mogi das Cruzes/SP – CEP nº 08780-120, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços comum com fornecimento de todos os materiais para a instalação de sistema de CFTV na sede do 17º BPM/M e Unidades Subordinadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 100/2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.
- 3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:
 - 3.5.1. Para a presente licitação a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do

projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço unitário e total do item conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário e total do item;
 - 5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
 - 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser:

Item	Descrição	Código Compras	Código BEC	Redução

1	Serviço comum de Instalação de Sistema de CFTV da sede do 17º BPM/M e Unidades Subordinadas, conforme TR nº 100 /2025.	22977	87882	R\$ 1.000,00
----------	---	--------------	--------------	---------------------

- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicafe;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser

efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e

não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico solicitação e recebimento por e-mail: cpam12uge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: cpam12uge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet Compras.sp, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA ou do CAU, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins

de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico Compras.sp.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Planilha de Proposta e Composição de Custos;

14.16.4. ANEXO III.1 – Cronograma Físico Financeiro;

14.16.5. ANEXO IV – Modelo de Declaração;

14.16.6. ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.16.7. ANEXO VI – Planilha orçamentária.

14.16.8. ANEXO VII – resolução nº 05, de 02 março de 2026.

Mogi das Cruzes, na data da assinatura digital.

CHRISTIANE ROCHA DE MORAIS

Cap PM Chefe da UASG 180.363

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CHRISTIANE ROCHA DE MORAIS

Chefe da Seção de Finanças

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

Termo de Referência 100/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
100/2025	180363-ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)	SERGIO APOLINARIO	02/03/2026 14:45 (v 0.12)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		057.00464234/2025-74

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

17º BPM/M

(Processo Administrativo nº 100/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de um sistema de vídeo monitoramento**, composto por **Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR) e Circuito Fechado de Televisão (CFTV)**, destinado à **Sede do 17º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano**, situada à **Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles, nº 61, Vila Vitória, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08730-481**, e às **Subunidades** descritas no item **8.1.3 do Estudo Técnico Preliminar nº 78**.

1.1.2. A empresa contratada deverá realizar a **instalação completa do sistema**, incluindo o **fornecimento integral de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários** à perfeita execução dos serviços, conforme as **condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência** e nas demais disposições do processo licitatório.

1.1.3. A execução dos serviços deverá atender rigorosamente às **normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, bem como aos **Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas** de caráter **Federal, Estadual e Municipal**, além das **normas das concessionárias de serviços públicos** aplicáveis às edificações, garantindo plena conformidade técnica e legal da instalação.

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	CÓDIGO COMPRAS	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Instalação/montagem de Equipamento de Vigilância/segurança e Proteção Sistema de Circuito Fechado de Televisão.	87882	22977	01	R\$ 206.311,35	R\$ 206.311,35

1.1.4. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema de Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.5. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados **como comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa dias) dias corridos**, contados da ordem de execução de serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.5. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico item 3 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Ressalta-se que a presente demanda não consta no Plano Anual de Contratações de 2025, por se tratar de uma necessidade identificada de forma emergencial e devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A aquisição visa atender as necessidades de segurança da Sede do 17º BPM/M, situada no município Mogi das Cruzes/SP, local que armazena diversos materiais bélicos edemais itens de valor.

2.4. A ausência de um monitoramento eficaz de Circuito Fechado de TV (CFTV), com acompanhamento em tempo real, gravação com alta qualidade nas imagens e vídeos obtidos, representa risco à segurança institucional, podendo gerar prejuízos ao patrimônio público e expor servidores a situações de vulnerabilidade.

2.5. Dessa forma, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada no **fornecimento, na instalação e na prestação de serviços de vídeo monitoramento, incluindo "Gravador Digital Inteligente de Vídeo" (DVR)**, garantindo a continuidade da proteção perimetral e ampliando a cobertura de segurança.

2.6. A necessidade da aquisição de câmeras de segurança e materiais afins para Circuito Fechado de TV (CFTV) permitirá atender os setores administrativos e operacionais, com a finalidade de proporcionar e manter os meios de vigilância e segurança desta OPM e de suas SubUnidades.

2.7. Dessa forma, e com o objetivo de garantir a manutenção do patrimônio público e o reforço da segurança perimetral na sede do 17º BPM/M e suas Subunidades, será contratada empresa especializada para a execução dos serviços de manutenção, substituição e instalação do aparelho ja descrito neste Termo de Referência, **o que incluirá** o fornecimento de mão de obra qualificada, materiais **específicos** e a disponibilização de equipamentos e maquinários necessários para a **integral execução** dos serviços.

2.8. Especificações Técnicas de Gravadores, Disco Rigido e Câmeras de Segurança:

Especificação Técnica Gravador de Imagem	QUANTIDADE	COD COMPRAS	CAT MAT BEC
--	------------	-------------	-------------

Gravador de Imagem; Digital Inteligente, Processador Embarcado, Sistema Operacional Linux Embarcado; 16 Canais Bnc + 8 Canais Ip , Com Suporte a Opcao de 24 Canais Ip No Modo Nvr, Taxa Bitrate 6mpbs; Gravacao de Todos Os Canais Em 5m Lite, Compressaode Video H.265+, H.265m, H.264h, H.264, Aac; Ntsc, Pal, 1 Saida de Video Hdmi, 1 Vga e 1 Analogica Bnc, 1 Entrada e 1 Saida de Audio Rca; 1 Canal Com Audio Bidirecional, Com Possibilidadede Mosaico de 1/4/8/9/16 Cameras; Compativel Com Protocolos Hdcvi, Ahd, Hdtvi , Ip Eanalogico e Onvif; Com Audio No Protocolo Hdcvi Em Todos Os Canais Bnc, 1 Porta Sata para Armanezamento Interno; Com Analise de Video, Lnha Virtual, Cerca Virtualedeteccao Inteligente de Pessoas e Veiculos; Com Reconhecimento Facil Em Tempo Real, Suporte A10 Bancos de Face Com Até 10.000 Faces Cadastradas; Com Deteccao Inteligente de Veiculos e Pessoas, Com Busca Forense Até 30 Faces Simultaneas; Com Rede Rj45 10/100/1000mbps e Throughput 128mbps, Protocolos Rede Http, Https, Ipv4, Ipv6; Mascara de Privacidade Em 4 Zonas, Com Informacoesna Tela de Nome, Hora, Perdade de Video; Deteccao de Movimento e Gravacao, Com Protecao Contra Surtos de Tensao Nas Entradas e Saidas; Com Fonte de Alimentacao Inclusa, Garantia Minima 12 Meses e Manual Em Portugues	04	461530	6196535
Especificação Técnica Gravador de Imagem	QUANTIDADE	COD COMPRAS	CAT MAT BEC
Gravador de Imagem; Digital; 08 Canais Bnc + 02 Canis Ip Ou 10 Canais Ip No Modo Nvr Compatível Com Protocolos Hdcvi, Ahd, Hdtvi; Ip e Analógico, Gravação de Todos Os Canais Em 1080p Ou 720; Visualização Em 1080p, Saída de Vídeo Vga, Hdmi Ebnc; Compressão de Vídeo H.265+, Compatível Com Multi-box, Compatível Com Protocolo de Comunicação Onvif; Suporte para 1 Hd Sata, Edição de Áudio e Vídeo, Modo Nvr; Transformação de Canais Bnc Em Ip; Função Bnc + Ip, Adição de Câmeras Ip Ao Dvr; Compatível Com Redes Wi-fi Através de Adaptador Usb,sistema Operacional Linux Embarcado; Canis Bnc Compatíveis Com Protocolo Hdcvi para Câmeras Com Microfone Embutido; Detecção de Eventos Em Gravação, Ptz, Tour, Notificações Push, E-mail, Foto, Buzzer, Pop-up Em Tela; e Alarme Sonoro; Aplicativos para Smartphone Com Sistema Operacional Ios (apple) e Android; Armazenamento: 1 Portas Padrão Sata; Interfaces Auxiliares Usb e Rs485	04	461529	5866359
Especificação Técnica Disco Rígido	QUANTIDADE	COD COMPRAS	CAT MAT BEC
Disco Rígido; Padrao Usb 3.0, Externo; de 05 Tb ; de 5.400 Rpm; Garantia de 12 Meses; Com Cabo Usb 3.0	04	610832	4900936
Disco Rígido; Padrao Usb 3.0 Hd Externo; de 2,0 Tb , Memoria Cache de 16mb; de 7200 Rpm; Garantia de De No Mínimo 12 Meses; Com Com Cabo de Comunicação e Alimentação e Software de Instalação	04	602281	6489648
Especificação Técnica Câmera	QUANTIDADE	COD COMPRAS	CAT MAT BEC
Câmera; Ip Com Deteccao Facial, Com Tecnologia Wdreal; Varifocal Motorizada Com Zoom e Foco Remotamente Ajustaveis, Lente Com Range Min de 6,5 a 11m; Min. de 8 Megapixels (3840 x 2160 Píxels); Rotacao Variavel; Sensor de Imagem Tipo Cmos Com Varredura Progressiva e Resolucao Min. de 8 Megapixels; Deve Possuir 1 Entrada e 1 Saída de Audio, Com Suporte a Codecs: G.711, Aac Ou Equivalente; Minima de 12 Meses	08	619778	6517846
Especificação Técnica Câmera	QUANTIDADE	COD COMPRAS	CAT MAT BEC
Camera de Circuito Fechado; Sensor de Imagem 1/2.7", 2 Megapixels Cmos; Tipo Bullet ; Sistema de Cor Ntsc, Pal; Resolucao Minima de 1920(h) x 1080(v); Com Sensibilidade a Luz de No Minimo 0.001 Lux F1.6 Color 30ire, 0.0001 Bw, Ir 40m, Luzvisivel, Led Ir 850nm, 2 Led Ir, 2 Led Visivel; Com Iris do Tipo Eletronica Com Obturador Velocidade 1/30 ~1/100.000s; Com Microfone Embutido Com Alcance de 40m Quadrados; Com Lente de 2.8mm, Angulo de Visao Horizontal 112°, Angulo			

Devisao Vertical 60°; Consumo 500ma, 7,6w, Tensão 12vdc, Range 10,8 ~13,2vdc, Antisurto de 15kv; Sistema de Alimentacao Saida de Video 75ohms Bnc Femea, Conector P4 Femea; Com Dimensoes de 240,7mm x 90,7mm, 440g; Com Protecao Ip67 e Ajuste de Brilho / Contraste /nitidez / Saturação / Croma / Gamma; Com Garantia de No Minimo de No Minimo 12 Meses, Balcao; Protocolo Hd cvi, Sinal Ruído >= 65db; Com Day & Night Automatico, Colorido e P&b; Com Troca Automatica de Filtro e Funcao Inteligente de Alerta Luminoso e Sonoro de 65db, Case Branco	88	469865	6522653
--	----	--------	---------

2.9. Outras Especificações Técnicas de materiais:

Especificação Técnica Diversas	QUANTIDADE	UNIDADE	CODIGO CDHU/ MERCADO	COD COMPRAS
Instalação de câmera fixa para CFTV	96	UN	66.20.202	16675
Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80mm	102	UN	40.02.040	607912
SWITCH 8 PORTAS	03	UN	MERC	626906
Conector terminal tipo BNC com mola	230	UN	39.09.010	379619
CONECTORES P4 COM BORNE	120	UN	39.09.015	483026
Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	08	UN	66.08.100	629861
Sistema ininterrupto de energia, monofásico de 600 VA (127 V/127 V), com autonomia de 10 a 15 minutos - NOBREAK 600VA	08	UN	69.06.110	469170
CORDÃO PARALELO 2X2.5MM	160	M	39.12.530	616164
Calha de aço com 8 tomadas 2P+T - 250 V, com cabo REGUA DE 08 TOMADAS 10A (PADRÃO NACIONAL)	08	UN	69.20.230	611231
PACOTE DE 10 PORCA GAIOLA + PARAFUDO P/RACK	80	UN	MERC	630993
FONTE DE 12V 5A COM BORNE – MCM	08	UN	MERC	449175
Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	546	M	38.04.060	397127
UNIDUTI RETO 1” (CONEXÃO)	160	UN	MERC	622404
Condutele em PVC de 1´ - com tampa	230	UN	40.06.510	350529
UNIDUT MULTIPLO 1”	365	UN	MERC	316908
ABRAÇADEIRA TIPO CUNHA 1”	1000	UN	MERC	601322
PARAFUSO E BUCHA DE NYLON M8	1230	UN	MERC	454319
CABO COAXIAL COM ALIMENTAÇÃO 80% MALHA	4000	M	MERC	463197
CABO CAT5E BLINDADO	1505	M	MERC	318951

CONECTOR RJ45 CAT5 (PACOTE)	150	M	MERC	626230
PLUG "FEMEA" DE TOMADA 10A	08	UN	40.20.2409	300468
PLUG "MACHO" DE TOMADA 10A	08	UN	40.20.240	363789
SMART TV 50" (MONITOR) + SUPORTE	08	UN	MERC	443965
ADAPTADOR PAR HDMI RJ45 - INTELBRAS	08	UN	MERC	624097
MOUSE	08	UN	MERC	603262

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

A solução está baseada em um sistema de vídeo monitoramento, composto pelo "**Gravador Digital Inteligente de Vídeo**" (DVR), capaz de atender às necessidades diurnas e noturnas;

3.1.1. Seu monitoramento será exclusivo de policias que estão de serviço no Serviço de Dia desta unidade e supervisão direta do setor de Inteligência e Oficiais Superiores;

3.1.2. Dessa forma, busca-se alcançar maior eficiência para garantir a segurança das instalações físicas, materiais, dos objetos e documentos armazenados na Sede do 17º BPM/M e em suas respectivas Subunidades, além de controlar de maneira eficaz a entrada, saída e o fluxo de pessoas e veículos.

4. Requisitos da contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Instalação e a prestação de serviços de um sistema de vídeo monitoramento, composto pelo Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR) e pelo Circuito Fechado de TV (CFTV).

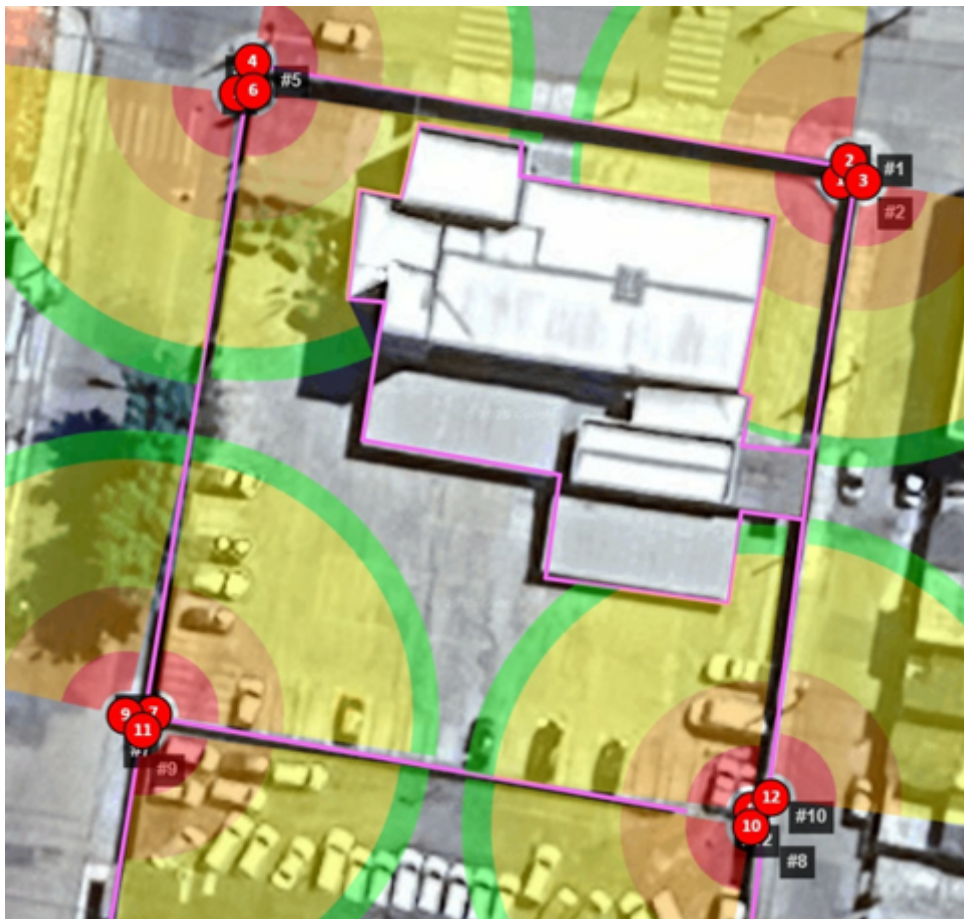
4.1.2. O sistema é destinado à **Sede do 17º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano e Cia Força Tática**, situado à Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles, nº 61:



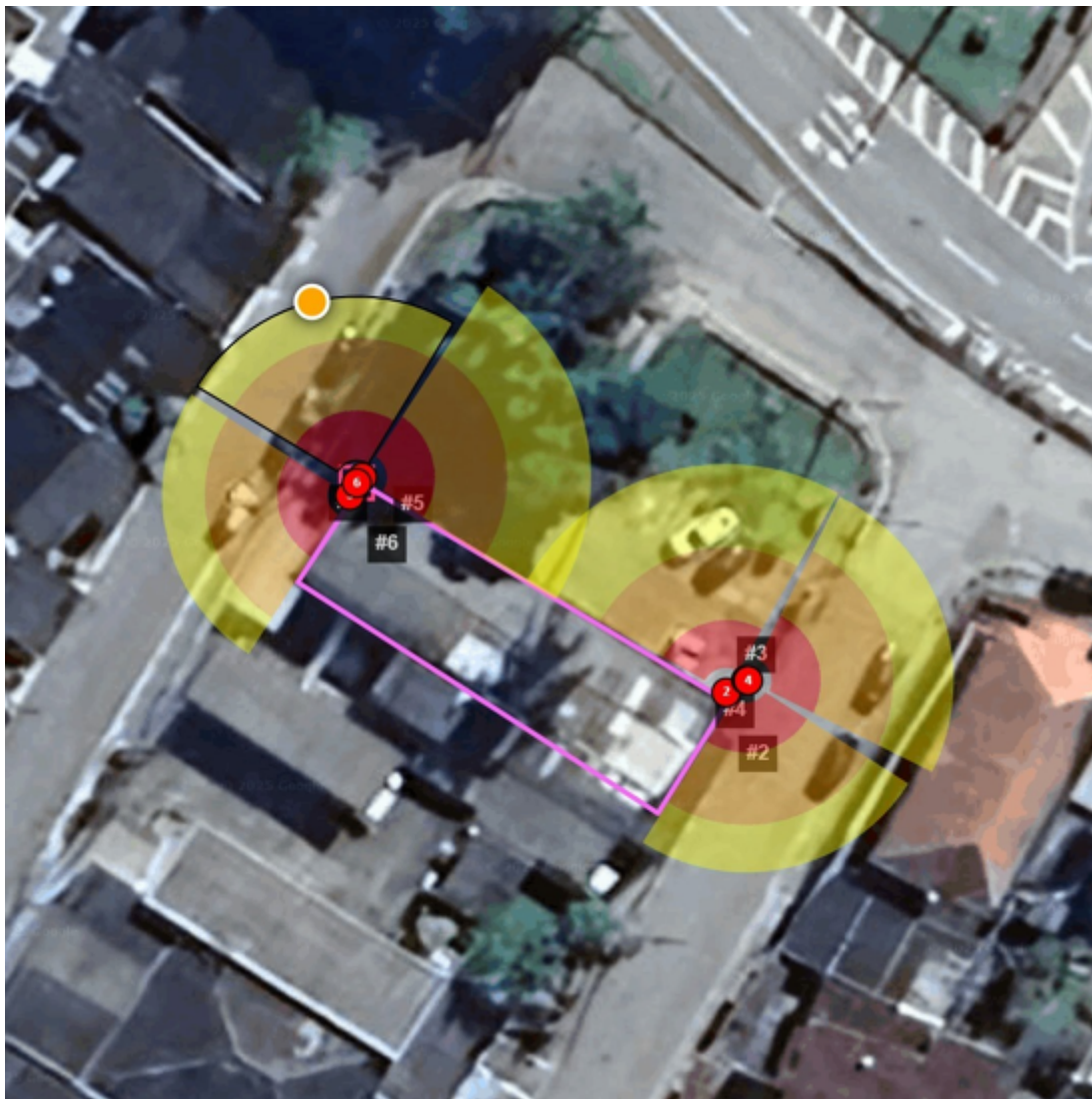
4.1.3. Avenida Vereador Dante Jordão Stoppa, 100, Cesar de Souza - (sede da 1ª Cia do 17º BPM/M);



4.1.1.4. Rua João de Souza Franco, 531, Jundiapéba - (sede da 2ª Cia PM do 17º BPM/M);



4.1.5. Praça Osvaldo Cruz, 0, Vila Operário - Biritiba Mirim - (2º Pel PM da 3ª Cia do 17º BPM/M);

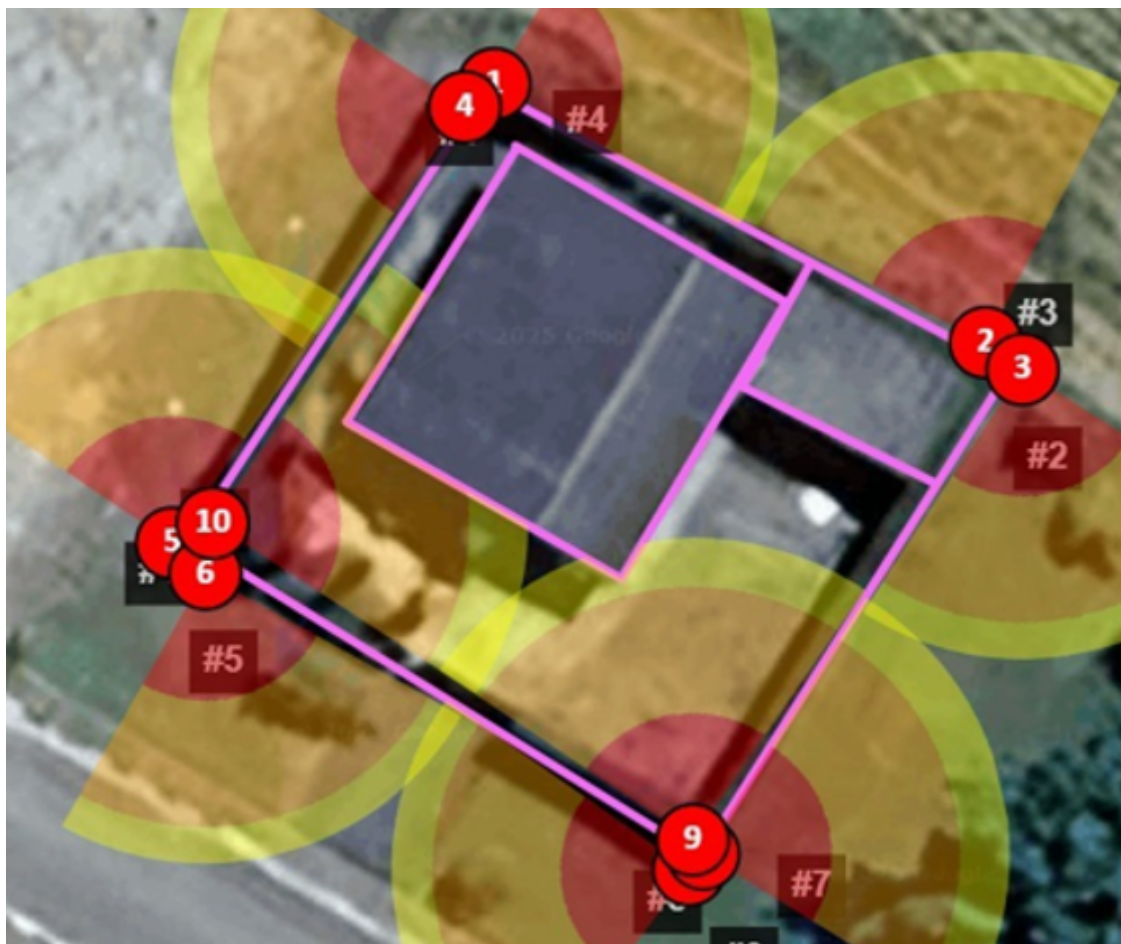


4.1.6. Rua Antônio Aranha, 329 - Salesopolis - (1º Pel PM da 3ª Cia do 17º BPM/M);



4.1.7. Rua Guararema, 202 - Taiaçupeba - (PPM da 2ª Cia do 17º BPM/M);





4.2. A Contratada será responsável pelo fornecimento total de materiais, reparos e mão de obra necessários para a execução dos serviços, conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, e de acordo com as subdivisões em itens que compõem este instrumento.

4.3.. Toda a execução deverá, ainda, atender rigorosamente às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como aos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, além das normas das concessionárias de serviços públicos aplicáveis às edificações, conforme as condições e exigências aqui estabelecidas.

4.4. Utilizar produtos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.5. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes.

4.6. Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; Garantia da Contratação.

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. O prazo máximo para configuração e instalação dos produtos é de no máximo **90 (noventa) dias** após a entrega dos equipamentos, o qual deverá ser atestado, certificado e entregue junto com o projeto definitivo de onde foram instaladas e posicionadas.

4.8. Os demais itens que se fizerem necessário para instalação do **Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR) e pelo Circuito Fechado de TV (CFTV)**, ficará por conta da contratada o seu fornecimento sem custo nenhum a contratante. O software de monitoramento e gravação deverá possuir licença vitalícia para uso desta Administração Pública.

4.9. Os lotes citados devem ser ofertados por uma única empresa, visando à padronização do item nas dependências desta Unidade de Polícia Militar, bem como contrato futuro de manutenção preventiva e corretiva. A administração pública também se atenta quanto à compatibilidade dos itens licitados, uma vez que por se tratar de um sistema que

necessita programação de hardwares para com os itens acima listados e o software de monitoramento, neste contexto é imprescindível que estes materiais sejam de um único fornecedor, pois a incompatibilidade de peças de encaixe não pode ocorrer, ou seja, a administração não poderá utilizar de “engenhosidade” para fazer com que as peças se enquadrem em materiais diferentes, a fim de que o material adquirido não sofra danos e tão pouco seja adquirido para uso em apenas um ambiente, tornando inócuo a sua versatilidade e eficiência.

4.10. Antes de apresentar as propostas recomenda a licitante **realizar a visita técnica para identificar os locais de instalação dos equipamentos, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões**, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

4.11. A licitante interessada poderá agendar a visita técnica junto a Seção de logística do 17º BPMM, à Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles nº 61 - Vila Vitória - Mogi das Cruzes - SP, tel (11) 4721-4548, até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública do certame, ou através do e-mail: 17bpmp4@policiamilitar.sp.gov.br, das 08h00 as 17h00. Após a visita será emitido uma Declaração onde constará que a licitante tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para o cumprimento e fornecimento dos materiais bem como suas respectivas instalações;

4.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para realização da vistoria.

4.14. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

4.16. Empresa vencedora do certame fornecerá os equipamentos de acordo com o presente Termo, bem como todo material necessário para instalação e configuração do sistema, e ainda realizara o treinamento aos operadores do sistema;

4.17. A contratada deverá nomear todas as câmeras reinstaladas no DVR de acordo com as orientações dos gestores e fiscais contratuais, e ao final entregar todas as senhas dos sistemas aos mesmos

4.18. garantia dos equipamentos serão de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega final do projeto;

4.19. garantia sobre os serviços executados de instalação empregados a CONTRATADA deverá oferecer, por escrito, garantia de 12 (doze) meses, desde que fornecidos por esta, contados a partir da entrega dos serviços pela CONTRATADA;

4.20. a CONTRATADA deverá refazer ou substituir, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços que apresentarem defeitos de material, quando fornecidos pela CONTRATADA, ou vícios de execução;

4.21. Fornecer equipamento, instalar e configurar o sistema de monitoramento, de acordo com as especificações técnicas do presente projeto;

4.22. Fornecer o termo de garantia dos equipamentos e instalação;

4.23. Atender o chamado para assistência técnica durante o período de garantia, no prazo não superior a 4 (quatro) horas, contado da solicitação;

4.24. Substituir ou reparar todo e qualquer equipamento avariado, quando o problema não se der por utilização inadequada por parte da Contratada, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, a contar da solicitação e vistoria realizada;

- 4.25. Responder por todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo a assistência técnica durante o período de garantia de materiais e os serviços de execução de instalação;
- 4.26. Substituir, à custa da Contratada, durante o período de garantia qualquer equipamento em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da fabricação;
- 4.27. Fornecer mão de obra especializada e necessária para instalação e configuração dos equipamentos, com conhecimento em Normas Regulamentadoras;
- 4.28. Fornecer equipamentos, acessórios, ferramentas e meio de transporte para boa execução dos serviços;
- 4.29. Responsabilizar-se por todas as obrigações decorrentes da execução contratual, incluindo peças, materiais, mão de obra, locomoção, salários, encargos sociais, assistência médica, auxílio -transporte, auxílio alimentação, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidos, relativamente à execução dos serviços e aos empregados, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 4.30. Manter durante a vigência da garantia todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.31. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- 4.32. O Responsável Técnico deverá estar presencialmente, sempre que solicitado, para orientar o técnico, apresentar sugestões melhorias de serviço, resolver problemas e realizar serviços inerentes à sua função;
- 4.33. Durante a execução dos serviços, manter o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado por crachá, contendo: nome completo, função, fotografia recente, número de RG, quando em trabalho;
- 4.34. Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou de interesse do serviço público;
- 4.35. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.36. Responder pelos danos causados diretamente aos equipamentos de propriedade do Contratante, por sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços em apreço;
- 4.37. Remover todo o entulho do local do serviço e fazer a limpeza completa (bruta e fina), durante e após a execução dos serviços, se for o caso;
- 4.38. Recompor o ambiente em sua forma original quando for efetuada qualquer remoção, demolição, abertura de valas, furos ou outras alterações que afetem a estrutura física de algum recinto, utilizando materiais e ferramentas próprios, conforme orientação do Gestor do contrato;
- 4.39. Executar todos os testes de segurança especificados nos manuais técnicos e na legislação em vigor;
- 4.40. Fornecer todo material de EPI'S e EPC'S para segurança ao pessoal envolvido nos trabalhos, conforme estabelece a legislação pertinente, responsabilizando-se por quaisquer danos físicos sofridos por aqueles em decorrência da instalação dos equipamentos ora contratados;
- 4.41. Manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiver acesso por força do contrato, sob pena de não o fazendo, responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida; Declaração do Fabricante com assinatura do responsável técnico ou comercial que, o equipamento proposto atende perfeitamente as especificações solicitadas;
- 4.42. Declaração do fabricante quanto ao aporte e assistência técnica durante todo o período de garantia, informando o nome da assistência técnica autorizada no estado, incluindo contato, e-mail e telefone;
- 4.43. A licitante deverá apresentar junto à proposta comercial, uma tabela comprobatória das características solicitadas, independente da sua descrição, através de documento cuja origem seja exclusivamente do FABRICANTE

dos equipamentos ofertados. As comprovações devem ser claras, com indicação de página do catálogo técnico para cada característica exigida neste termo de referência, a não apresentação refletirá na não aceitação da proposta;

4.44. Declaração de que a licitante possui em seu quadro técnico no mínimo 02 (dois) profissionais treinados pelo Fabricante da solução propostas, mediante a apresentação dos Certificados de Treinamento ou Declarações emitidas pelo fabricante, com as respectivas cópias autenticadas;

4.45. Apresentar certificado pela ABNT NBR ISO 14001 do fabricantes dos produtos ofertados;

4.46. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo;

4.47. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Licitante Vencedora, fixando prazo para substituição dos bens;

4.48. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega, instalação, configuração e treinamento do sistema, bem como os eventuais serviços de assistência técnica no período da garantia;

4.49. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

4.50. Permitir o acesso dos empregados da Licitante Vencedora à suas dependências, após análise e investigação, para o cumprimento do fornecimento em horário pré-estabelecido;

4.51. Não poderão ser executados serviços adicionais ou em desacordo com o TR sem consulta prévia e autorização do CONTRATANTE;

4.52. Todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da CONTRATADA;

4.53. Na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção, neste caso, deverão ser aprovadas pelo CONTRATANTE eventuais alterações em relação ao projeto apresentado;

4.54. Não é admitida a subcontratação dos objetos contratuais;

4.55. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar;

4.56. A entrega será realizada de acordo com disponibilidade logística em horário das 9:00 às 17:00.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **15 (quinze) dias**, para realizar a entrega dos materiais, contados da data da emissão da nota de empenho e ordem de início de serviços, as quais serão emitidas pela **UGE** do CPA/M12;

5.1.2. A execução do trabalho será dividida em três fases principais:

I. Fase de Preparação e Projeto Executivo

a) **Vistoria Técnica e Validação: Método:** Inspeção *in loco* para validação do Estudo Técnico Preliminar e do mapeamento inicial. **Procedimento:** Confirmação dos pontos de cobertura, verificação das condições estruturais para fixação de câmeras e levantamento da infraestrutura elétrica e de dados existente;

b) **Elaboração do Projeto Executivo (As-Built): Método:** Desenvolvimento do projeto final a ser instalado. **Procedimento:** Desenho das rotas detalhadas de cabeamento (lógico e elétrico), layout dos equipamentos (DVR

/Rack/No-Break) e memorial descritivo dos materiais a serem empregados, submetendo-o à aprovação do Fiscal do Contrato.

c) **Mobilização: Método:** Preparação logística para o início da obra. **Procedimento:** Entrega dos materiais no local, verificação da conformidade com as especificações técnicas e organização das ferramentas e EPIs.

II. Fase de Instalação e Configuração

a) Instalação da Infraestrutura (Cabeamento), **Método:** Lançamento de eletrodutos, eletrocalhas ou conduítes e cabos. **Procedimento:** Execução da infraestrutura visando a menor interferência possível com as atividades da OPM. Lançamento dos cabos (coaxial para HDCVI ou UTP Cat. 6 para IP) em rotas isoladas da alta tensão, crimpagem e identificação (etiquetagem) clara de cada ponto e cabo.

b) Montagem do Rack e Alimentação - **Método:** Instalação do núcleo de processamento e gravação. **Procedimento:** Fixação do **Rack 19"** em local seguro e ventilado; instalação do **DVR** e dos **HDs de vigilância** (específicos para CFTV); montagem da barra de tomadas e conexão do **No-Break** com autonomia mínima especificada.

c) Fixação e Direcionamento das Câmeras - **Método:** Instalação física das câmeras. **Procedimento:** Fixação das câmeras (Bullet/Dome/PTZ) nos pontos aprovados, conexão dos baluns/conectores, alimentação e aterramento. Ajuste milimétrico do ângulo de visão para eliminar pontos cegos e garantir o foco

d) Configuração do Sistema (Setup)- **Método:** Configuração lógica do DVR e do *firmware*. **Procedimento:** Definição dos parâmetros de gravação (taxa de quadros e resolução), configuração da rede (endereçamento IP), definição de horários e áreas de **Detecção de Movimento/Inteligência Artificial** (se houver), configuração de senhas de acesso e de *log* de eventos.

III. Fase de Comissionamento e Entrega

a) Testes de Aceitação em Campo (TAC) - **Método:** Testes funcionais completos, acompanhados pelo Fiscal da OPM. **Procedimento:** Verificação da gravação 24/7 em todos os canais; teste de reprodução e *backup* de imagens; teste de acesso remoto (*Web Viewer* e *Mobile*); e simulação de falta de energia (teste do No-Break).

b) Treinamento Operacional - **Método:** Capacitação do pessoal de serviço (policiais do Serviço de Dia, Setor de Inteligência e Oficiais Superiores). **Procedimento:** Demonstração prática sobre as rotinas de operação, busca e exportação de imagens para fins de investigação, procedimentos de desligamento/ligamento seguro do sistema e gestão básica de senhas.

c) Entrega Técnica Final - **Método:** Formalização da entrega do serviço. **Procedimento:** Entrega da documentação (*As-Built*, Manuais, Termos de Garantia) e do **Termo de Recebimento Provisório** (*checklist*).

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços, tem o prazo máximo de 90 dias, conforme detalhado no tem 1.3 deste Termo de Referência (TR).

5.1.4. Etapas Detalhadas para o Serviço de Instalação de CFTV/DVR:

5.1.4.1. O serviço de instalação será executado nas seguintes etapas sequenciais, garantindo o fornecimento, a instalação e a configuração completa do sistema de vídeo monitoramento:

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos locais e endereços relacionados nos itens 4.1.2 ao 4.1.8 deste Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão prestados no horário das 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas:

5.4.1. Iniciar os trabalhos somente após comunicar o policial de serviço e obter autorização. Registrar o acesso e a saída do pessoal e equipamentos. O trabalho deve ser executado de forma a não interromper as atividades essenciais da OPM (Organização Policial Militar);

5.4.2. Seguir rigorosamente o Projeto Executivo aprovado. Utilizar somente materiais novos e homologados (ANATEL). Executar o cabeamento e a instalação de acordo com as normas **ABNT** e a **NBR 5410** (instalações elétricas);

5.4.3. Realizar testes diários em cada ponto de câmera e no Rack central. Assegurar que a qualidade de gravação e imagem atenda às especificações técnicas (*Full HD* ou superior, com IR noturno);

5.4.4. Entregar a documentação técnica (*As-Built* e manuais) ao Fiscal do Contrato. Ministrando treinamento operacional completo ao efetivo designado (Serviço de Dia e Setor de Inteligência)

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.5.1. deverão ser disponibilizados **materiais e equipamentos de primeira qualidade**, novos e de fabricação recente, observando-se as especificações mínimas estabelecidas para **implantação de sistema de CFTV** especificado nesse Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- Necessidade de **implantação de sistema de CFTV** visando o monitoramento contínuo das áreas internas e externas da unidade;
- Instalação de **câmeras com tecnologia digital e IP**, com resolução mínima conforme especificado no Termo de Referência;
- Utilização de **infraestrutura adequada**, incluindo cabeamento estruturado, dutos, conectores, pontos de energia e rede, observando as normas técnicas vigentes;
- Integração dos equipamentos em **gravador digital (NVR)** compatível com o número total de câmeras e com capacidade de armazenamento de imagens por período mínimo exigido;
- Execução dos serviços por equipe técnica habilitada, incluindo **lançamento de cabos, fixação de suportes, configuração e testes funcionais**;
- Entrega do sistema totalmente operacional, com **treinamento básico aos operadores e entrega da documentação técnica** (plantas, diagramas e senhas de acesso).

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. FASE 1: Planejamento e Preparação

Vistoria Técnica de Validação:

- Reunião inicial com o Fiscal do Contrato (17º BPM/M).

- Inspeção **in loco** da Sede e das Subunidades para confirmação dos pontos de instalação e das rotas de cabeamento.
- Definição e mapeamento final do local de instalação do Rack e do Gravador (DVR).

Elaboração e Aprovação do Projeto Executivo:

- Desenvolvimento do **Projeto Executivo (As-Built inicial)** com o detalhamento das rotas de infraestrutura, layout de câmeras e memorial descritivo dos materiais.
- Submissão do projeto executivo à aprovação formal da Contratante antes da compra de materiais.

Mobilização e Fornecimento de Materiais:

- Compra e entrega dos equipamentos (DVR, HDs, Câmeras, Cabos Cat. 6, Rack, No-Break, etc.) no local de instalação.
- Conferência da qualidade e especificação técnica de todos os itens.

5.9. FASE 2: Execução Física e Lógica

Instalação da Infraestrutura e Cabeamento:

- Execução da infraestrutura necessária (eletrodutos, eletrocalhas) de acordo com a **NBR 5410**.
- Lançamento dos cabos de dados e alimentação, com a devida separação e identificação (etiquetagem) clara de cada ponto e cabo.
- Instalação de proteções elétricas (**DPS**) nas linhas de dados e alimentação.

Montagem do Rack e do Núcleo de Gravação:

- Instalação e organização do **Rack 19"** no local definido.
- Instalação do **DVR** e dos **Discos Rígidos de Vigilância (HDs)**, conectando-os ao No-Break.
- Verificação do aterramento do Rack e dos equipamentos.

Fixação e Ajuste Fino das Câmeras:

- Fixação física de todas as câmeras (internas e externas) nos pontos aprovados.
- Conexão dos cabos e alimentação.
- Ajuste manual e eletrônico do **ângulo de visão, foco e zoom** (se aplicável), garantindo a cobertura ideal da área e eliminando pontos cegos.

Configuração Lógica e de Rede:

- Configuração do DVR (taxa de *frames*, resolução, agendamento de gravação contínua).
- Configuração do endereçamento IP e integração do sistema à rede local, incluindo o acesso remoto seguro.
- Configuração dos recursos inteligentes (detecção de movimento, linhas de cruzamento, etc.).

5.10. FASE 3: Finalização e Comissionamento

Teste de Aceitação em Campo (TAC) e Validação:

- Realização de testes completos em todos os canais, simulando condições diurnas e noturnas.
- Verificação da qualidade da imagem, da funcionalidade de gravação e do *backup* de emergência.

- Teste de autonomia do No-Break.

Treinamento Operacional e Entrega de Documentação:

- Treinamento prático e teórico dos policiais militares designados (Serviço de Dia, Inteligência) para a operação, busca e exportação de imagens.
- Entrega dos manuais técnicos e operacionais, e da versão final do Projeto Executivo (**As-Built**) atualizada.

Ajustes Finais e Recebimento Provisório:

- Execução de quaisquer ajustes ou correções solicitadas pela Contratante durante o TAC.
- Limpeza e recomposição das áreas afetadas pela instalação.
- Formalização da conclusão da obra com a emissão do **Termo de Recebimento Provisório**.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratado poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período no mínimo 03 (três) dias na semana, durante o período de execução dos serviços hora contratados.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual abrangerá às seguintes rotinas:

I – **Acompanhamento presencial ou remoto** das atividades executadas, verificando o cumprimento das etapas previstas no cronograma e a adequação técnica dos procedimentos adotados;

II – **Conferência dos materiais e equipamentos** empregados na instalação, quanto à conformidade com as especificações técnicas e à qualidade exigida;

III – **Registro documental das inspeções realizadas**, com emissão de relatórios técnicos e apontamento de eventuais não conformidades;

IV – **Verificação da capacitação da equipe técnica** envolvida, assegurando que os profissionais possuam as qualificações necessárias para o desempenho das atividades;

V – **Avaliação dos resultados obtidos** com base nos indicadores definidos no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme disposto no Anexo XXX;

VI – **Adoção de medidas corretivas** e acompanhamento das providências implementadas pela contratada, garantindo a conformidade final dos serviços prestados.

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no cronograma físico-financeiro, anexo II deste Termo de Referência e Termo de Recebimento Provisório para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 Não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2 Deixar de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3 Tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação de outros mecanismos para avaliação de prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1 Prazo da execução; 90 (noventa) dias.

7.3.2 Qualidade do serviço executado;

7.3.3 Técnica e materiais utilizados;

7.3.4 Funcionamento da estrutura com um todo.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores

previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15.1 *O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente

na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporais, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

8.25.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso:

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. Fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente licitação, comprovando a execução satisfatória do contrato;

8.26.1.2. Execução contratual realizada para pessoa jurídica de direito público ou privado, mediante regular formalização contratual, com indicação expressa do período de execução e do quantitativo fornecido;

8.26.1.3. Comprovação de que o fornecimento foi concluído sem aplicação de penalidades por inexecução total ou parcial, ou que demonstre o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

8.27. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;*

8.28. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;*

8.29. Prova de atendimento aos requisitos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da referida Lei.

Outras comprovações

8.29. *Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que:*

a) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) Atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 206.311,35

9.1. O **orçamento estimativo do objeto**, referente à **contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e prestação de serviços de implantação de sistema de videomonitoramento**, composto por **Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR)**, é de aproximadamente **R\$ 206.311,35** (duzentos e seis mil, trezentos e onze reais e trinta e cinco centavos), já **acrescido do percentual de 17% referente ao BDI — Benefícios e Despesas Indiretas**.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) *Gestão/Unidade: 180.363*

II) *Fonte de Recursos: (critério da UASG)*

III) *Programa de Trabalho:(critério da UASG)*

IV) *Elemento de Despesa: 339039*

V) *Plano Interno: (critério da UASG)*

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro (s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NORBERTO MOREIRA DA SILVA

Autoridade competente

SERGIO APOLINARIO

Equipe de apoio

ESP-COMANDO POL.AREA METROP.-12 (CPA/M-12)

Estudo Técnico Preliminar 78/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00464234/202574

2. Sistema de (CFTV)

2.1. Contratação de empresa especializada para **prestação de serviços em instalação** de um sistema de vídeo monitoramento, composto por **Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR)** e **Circuito Fechado de TV (CFTV)**, destinado à Sede do **17º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano**, situado à Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles, nº 61, Vila Vitória, Mogi das Cruzes, SP, CEP 08730-481, e suas Subunidades discriminada **no item 8.1.3.do Estudo Técnico Preliminar nº 78, a contratada deverá incluir o fornecimento total de materiais e mão de obra** necessários para a execução dos serviços, conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões em itens que compõem este instrumento, deverá ainda toda a execução atender às regras da **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**, bem como aos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, além das normas das concessionárias de serviços públicos aplicáveis às edificações, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. Descrição da necessidade

Aquisição de câmeras de segurança e materiais afins para Circuito Fechado de TV (CFTV)

3.1. A necessidade da aquisição de câmeras de segurança e materiais afins para Circuito Fechado de TV (CFTV) permitirá atender os setores administrativos e operacionais, com a finalidade de proporcionar e manter os meios de vigilância e segurança desta OPM e suas Subunidades, local este que armazena diversos materiais bélicos e demais itens de valor. Em resumo, a implantação do sistema de CFTV é uma medida proativa, baseada em evidências e alinhada com nossa missão de manter a segurança e a dignidade em nossa Unidade e Subunidades conforme os seguintes itens:

3.1.1 Segurança Patrimonial: O monitoramento constante por meio de câmeras possibilita a vigilância em tempo real de áreas sensíveis, prevenindo invasões, furtos ou danos ao patrimônio da Instituição. Este acompanhamento contínuo permite que ações preventivas sejam adotadas de forma rápida e eficiente, garantindo a integridade dos bens e a segurança pessoal.

3.1.2. Controle de Acesso e Comportamento: O uso das câmeras facilita o controle de acessos em locais restritos, assegurando que apenas pessoas autorizadas circulem por determinadas áreas. Além disso, contribui para a manutenção de comportamentos adequados dentro da OPM e suas Subunidades, promovendo um ambiente de trabalho seguro e organizado.

3.1.3. Prevenção de Incidentes: Com a instalação de câmeras, é possível identificar situações de risco, como incêndios, acidentes de trabalho ou outras emergências, permitindo uma resposta rápida das equipes responsáveis. O monitoramento também contribui para a prevenção de práticas inadequadas ou ilegais, promovendo um ambiente mais seguro para todos os envolvidos.

3.1.4. Garantia de Conformidade e Melhoria de Processos: As gravações obtidas podem ser utilizadas para a análise de situações específicas, possibilitando a investigação e a revisão de procedimentos operacionais. Isso

garante que as normas internas sejam seguidas corretamente e que os processos sejam continuamente aprimorados com base em dados reais.

3.1.5. **Proteção Jurídica:** Em casos de investigações, as imagens registradas pelas câmeras podem servir como evidência para a resolução de conflitos, protegendo tanto a OPM quanto seus militares. O uso adequado dessas imagens também ajuda a demonstrar a conformidade com as legislações aplicáveis, especialmente no que se refere à segurança e à proteção de dados.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para a aquisição de câmeras de segurança, é essencial definir os objetivos de monitoramento, identificar as áreas a serem vigiadas e escolher equipamentos com qualidade de imagem adequada. A infraestrutura de rede deve ser compatível para suportar o sistema, e é necessário garantir armazenamento adequado dos dados.

4.1.1. A empresa contratada deverá garantir o fornecimento, **instalação e prestação de serviços de instalação de sistema de vídeo monitoramento "GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO" (DVR)**, com fornecimento total de material e mão de obra para execução do serviço e treinamento dos usuários na sede desta OPM e suas sub Unidades conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. A entrega dos materiais em remessa única e o início da execução do sistema de (CFTV) deverá ser obrigatoriamente em **15 (quinze) dias** contados da data da emissão da nota de empenho e ordem de início de serviços, as quais serão emitidas pela **UGE** do CPA/M12.

4.2.1. Entrega dos materiais na sede do 17º BPM/M (Décimo Sétimo Batalhão de Polícia Militar Metropolitano), situado à Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles nº 61 - Vila Vitória - Mogi das Cruzes - SP - CEP 08730-481, para contemplar as necessidades demandada, e os materiais deveram apresentar as seguintes especificações técnicas mínimas para ser aceito:

4.2.2. Normas técnicas:

- **ABNT NBR 14565:** Guia para cabeamento estruturado, essencial para a infraestrutura de rede do CFTV.
- **ABNT NBR 5410:** Normas para instalações elétricas de baixa tensão.
- **IEC 60950:** Garante a segurança do usuário contra riscos elétricos e de combustão em equipamentos de TI, como servidores e gravadores (DVR/NVR).
- **CISPR22/FCC:** Normas para controlar as emissões eletromagnéticas dos equipamentos.

4.2.3. Outras diretrizes e especificações:

- **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):**

Regulamenta a coleta, o armazenamento e o uso das imagens, que são consideradas dados pessoais.

- **Especificações de órgãos públicos:**

Documentos de órgãos como a CET e o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) detalham requisitos técnicos, incluindo tipo de câmera (IP nativo, ONVIF), formatos de compressão (M-JPEG, H.264) e certificações específicas.

- **Requisitos de instalação:**

Detalham procedimentos como o raio mínimo de curvatura para cabos, o uso de organizadores de cabos, a identificação de cabos e a forma de lançamento de cabos em eletrodutos.

4.2.4. **Recomendações importantes**

- **Projeto técnico:**

Recomenda-se sempre o desenvolvimento de um projeto detalhado feito por um profissional experiente.

- **Certificações:**

É comum que as especificações exijam certificações como UL, FCC e CE para os equipamentos.

4.3. Deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: fabricante e procedência.

4.4. A instalação de sistema de vídeo monitoramento **"GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO" (DVR)** dará por meio da modalidade de **Pregão Eletrônico**. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, porém faz-se necessário um planejamento por parte dos gestores, afim de evitar tempestividade de aquisição em caráter emergencial.

5. **Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Policia Militar do Estado de São Paulo - 17º BPM/M	2º TEN PM 115717-5 NORBERTO MOREIRA DA SILVA

6. **Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

6.1. As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em um levantamento realizado pelo Setor Logístico desta OPM junto as Unidades subordinadas conforme segue:

17M/ FT	1ª Cia	2ª Cia	Biritiba	Salesopolis	Pindorama	Taiacupeba	Total	UNIDADE	DESCRIÇÃO
2	1	1	0	0	0	0	4	UN	Unidade gerenciadora digital de vídeo em rede (NVR) de até 16 câmeras IP , armazenamento de 12 TB, 1 interface de rede Gigabit Ethernet e 4 entradas de alarme
2	1	1	0	0	0	0	4	UN	Unidade de disco rígido (HD) externo de 5 TB

0	0	0	1	1	1	1	4	UN	Unidade gerenciadora digital de vídeo em rede (NVR) de até 8 câmeras IP, armazenamento de 6 TB, 1 interface de rede Fast Etherne
0	0	0	1	1	1	1	4	UN	DISCO RIGIDO 2TB PURPLE – WESTERN DIGITAL
28	14	14	8	8	8	8	88	UN	CAMERA VHD 1220 B FULL COLOR - INTELBRAS
4	2	2	0	0	0	0	8	UN	CAMERA IP 1220 B FULL COLOR - INTELBRAS
32	16	16	8	8	8	8	96	UN	Instalação de câmera fixa para CFTV
34	18	18	8	8	8	8	102	UN	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm
2	1	0	0	0	0	0	3	UN	SWITCH 8 PORTAS GIGA
70	40	40	20	20	20	20	230	UN	Conector terminal tipo BNC com mola
40	20	20	10	10	10	10	120	UN	CONECTORES P4 COM BORNE
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	Sistema ininterrupto de energia, monofásico de 600 VA (127 V/127 V), com autonomia de 10 a 15 minutos - NOBREAK 600VA
40	20	20	20	20	20	20	160	M	CORDÃO PARALELO 2X2.5MM
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	Calha de aço com 8 tomadas 2P+T - 250 V, com cabo REGUA DE 08 TOMADAS 10A (PADRÃO NACIONAL)
20	10	10	10	10	10	10	80	UN	PACOTE DE 10 PARAFUSOS E PORCA DE RACK
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	FONTE DE 12V 5A COM BORNE – MCM
170	80	80	54	54	54	54	546	M	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios

40	20	20	20	20	20	20	160	UN	UNIDUTI RETO 1" (CONEXÃO)
70	40	40	20	20	20	20	230	UN	Condutele em PVC de 1' - com tampa
105	50	50	40	40	40	40	365	UN	UNIDUT MULTIPLO 1"
300	150	150	100	100	100	100	1000	UN	ABRAÇADEIRA TIPO CUNHA 1"
350	180	180	130	130	130	130	1230	UN	PARAFUSO E BUCHA DE NYLON M8
1600	600	600	300	300	300	300	4000	M	CABO COAXIAL COM ALIMENTAÇÃO 80% MALHA
305	200	200	200	200	200	200	1505	M	CABO CAT5E BLINDADO
30	20	20	20	20	20	20	150	UN	CONECTOR RJ45 CAT5 (PACOTE)
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	PLUG "FEMEA" DE TOMADA 10A
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	PLUG "MACHO" DE TOMADA 10A
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	SMART TV 50" (MONITOR) + SUPORTE
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	ADAPTADOR PAR HDMI RJ45 - INTELBRAS
2	1	1	1	1	1	1	8	UN	MOUSE SEMM FIO

6.2. O Termo de Referência item 2.8. conterá expressamente os quantitativos definidos por item, assegurando transparência e conformidade com as necessidades operacionais e administrativas da corporação.

7. Levantamento de Mercado

7.1. A Pesquisa de preços será realizada previamente pela Unidade de Compras, como condição indispensável para o confronto e exame de propostas em licitação.

7.2. Foram utilizados como padrão de referência de preços, valores de mercado e tabela CDHU.

7.3. O preço de referência aceitável para a aquisição será subsidiado pela média obtida na pesquisa mencionado no item 6.2. lançada na Planilha Orçamentária.

7.4. Para a presente contratação, observa-se que a opção que melhor atende a administração é a compra por meio de Pregão Eletrônico, sendo essa opção julgada a mais vantajosa, considerando as descrições técnicas, os quantitativos e as condições de recebimento.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A solução está baseada na instalação, substituição e modernização integral do sistema de videomonitoramento, com fornecimento total de mão de obra.

8.1.1. O escopo compreende a substituição dos **Gravadores Digitais de Vídeo (DVRs)** e Câmeras de Segurança existentes nas seguintes Unidades Policiais Militares desta (OPM):

- Sede do 17º BPM/M;
- 2ª Companhia do 17º BPM/M;
- Base de Segurança de Salesópolis.

8.1.2. Os equipamentos atuais serão substituídos por estarem **ultrapassados** e por **não comportarem a instalação de novos pontos de monitoramento**.

8.1.3. Instalação dos **Gravadores Digitais de Vídeo (DVRs)** e Câmeras de Segurança:

- **17º BPM/M e Cia Força Tática:** Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles nº 61 - Vila Vitória - Mogi das Cruzes - SP - CEP 08730-481;
- **1ª Cia do 17º BPM/M:** Avenida Vereador Dante Jordão Stoppa, 100, Cesar de Souza;
- **2ª Cia do 17º BPM/M:** Rua João de Souza Franco, 531, Jundiapéba;
- **Base Comunitária de Segurança Pindorama:** Estrada Eduardo Watanabe, 190 - Pindorama;
- **Posto Policial de Taiaçupeba:** Rua Guararema, 202 - Taiaçupeba;
- **Posto Policial Biritiba Mirim:** Praça Osvaldo Cruz, 0, Vila Operário - Biritiba Mirim;
- **Posto Policial de Salesópolis:** Rua Antônio Aranha, 329 - Salesópolis.

8.2. O **Item 6.1.** deste ETP deve listar e especificar, de forma detalhada, todos os equipamentos necessários para a modernização.

8.3. Seu monitoramento será exclusivo de policias que estão de serviço no Serviço de Dia desta unidade e supervisão direta da setor de Inteligência e Oficiais Superiores;

8.3.1. Dessa forma, busca-se alcançar maior eficiência para garantir a segurança das instalações físicas, materiais, dos objetos e documentos armazenados na Sede do 17º BPM/M e em suas respectivas Subunidades, além de controlar de maneira eficaz a entrada, saída e o fluxo de pessoas e veículos.

8.4. Para a presente contratação, observa-se que a opção que melhor atende a administração é a compra por meio de Pregão Eletrônico, sendo essa opção julgada a mais vantajosa, considerando as descrições técnicas, os quantitativos e as condições de recebimento.

8.4.1. A solução de contratação apresentada este estudo pretende evitar desperdício de recursos humanos e financeiros.

8.5. Os serviços a serem executados correspondem às necessidades de segurança da Sede do 17º BPM/M Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, situada no município Mogi das Cruzes/SP, local este que armazena diversos materiais bélicos e demais itens de valor.

8.6. O prazo de entrega do serviço e bens instalados é de 90 (noventa) dias corridos, em remessa única, a contar da assinatura do termo de contrato ou da emissão da nota de empenho.

8.6.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso (dez) dias corridos de antecedência fortuito e força maior.

8.7 Todas as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento e entrega correrão por conta da empresa Contratada.

8.8. Na entrega, o responsável da empresa contratante irá avaliar, juntamente com o responsável técnico da empresa contratada, se cada item contém as devidas especificações acordadas no contrato, caso todos os itens estejam de acordo com as especificações, será assinado um termo de atesto na nota fiscal pelas partes contratantes, em duas vias, devendo uma via ficar com a empresa contratante e a outra com a empresa Contratada

8.9. Caso algum item não seja entregue, ou não esteja de acordo com as especificações, ou apresente algum tipo de defeito, como furo, amassado ou pintura incompleta, o produto não deverá ser aceito, devendo o item ser entregue /substituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com os custos correndo por conta da empresa contratada.

8.10. O pagamento à empresa contratada só será realizado após o recebimento definitivo de todos os itens, que deverão estar em conformidade com as especificações descritas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência (TR) e em perfeitas condições de uso;

8.11. A licitação possibilitará a seleção de fornecedores qualificados, por meio de critérios objetivos e previamente estabelecidos. Isso assegurará que o objeto seja fornecido por empresas com competência técnica comprovada, buscando garantir a qualidade das entregas e a efetividade das soluções.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 206.311,35

9.1. O orçamento estimativo do objeto para contratação de empresa especializada em **fornecimento, instalação e prestação de serviços de instalação de sistema de vídeo monitoramento "GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO" (DVR)** é de aproximadamente de **R\$ 206.311,35 (Duzentos e seis mil, trezentos e onze reais e trinta e cinco centavos), valor acrescido de 17 % de BDI (Base de despesas indiretas).**

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Os materiais, parte deste objeto de contratação, devem ser entregues em parcela única na sede do 17º BPM/M. No entanto, por se tratar de objeto de tecnologia de telecomunicação e havendo a entrega parcial do fornecedor para alguns itens do objeto contratado a administração poderá autorizar o início da execução dos itens já adquiridos, uma vez que a instalação do vídeo monitoramento será realizado nas SubUnidades após execução total nessa OPM. O prazo para a execução dos serviços de **instalação e prestação de serviços de instalação de sistema de vídeo monitoramento "GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO" (DVR)**, destinado a sede do 17º BPM/M (Décimo Sétimo Batalhão de Polícia Militar Metropolitana), Situado à Rua Tenente José Adolfo de Moura Salles nº 61 - Vila Vitória - Mogi das Cruzes - SP - CEP 08730-481 e suas Sub Unidades será de até **90 (noventa) dias**, cujos pagamentos serão de acordo com as **medições mensais**.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não será necessária outra aquisição para complementar a do documento em questão.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Há alinhamento entre o planejamento e a contratação dos serviços, tendo em vista que essa demanda de **instalação e prestação de serviços de instalação de sistema de vídeo monitoramento "GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO" (DVR)** que abriga a sede do 17º BPM/M e suas Sub Unidades **não** foi descrita no Plano de Contratação anual de 2204/2025, pois, trata-se de um **serviço emergencial**.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Justifica-se a presente aquisição do serviço, conforme o **Termo de Referência Nº 100/2025**, com o objetivo de garantir a segurança das instalações físicas (materiais, objetos e documentos) armazenadas na sede do 17º BPM/M e suas Subunidades. Estes locais armazenam diversos materiais bélicos e itens de valor, e a aquisição visa também controlar de maneira eficaz a entrada, saída e fluxo de pessoas e veículos. Para isso, serão adquiridos equipamentos para circuito de CFTV e sua devida instalação no Serviço de Dia desta Unidade.

14. Providências a serem Adotadas

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Será indicado Gestor para o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços **de instalação de sistema de vídeo monitoramento "GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO" (DVR)**, conforme segue:

14.2. 17º BPM/M, Cia Força Tática. 1ª Cia, 2ª e 3ª Cia conforme segue:

14.2.1. Gestor: 2º TEN PM 115717-5 NORBERTO MOREIRA DA SILVA, telefone (11) 4721-4548, endereço eletrônico 17bpmmp4policiamilitar.sp.gov.br;

14.2.2. Fiscal: SUB PM 106448-7 JOSE RODRIGO DE ALMEIDA NASCIMENTO, telefone (11) 4721-4548, endereço eletrônico 17bpmmp4policiamilitar.sp.gov.br;

14.2.3. Fiscal: 3º Sgr PM 931564-A SERGIO APOLINARIO, telefone (11) 4721-4548, endereço eletrônico 17bpmmp4policiamilitar.sp.gov.br;

14.3. A qualidade e quantidade deve ser objeto de atenção durante a licitação e o efetivo recebimento pelo responsável do presente contrato.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Neste processo, é importante considerar os impactos que podem surgir, como o uso de materiais prejudiciais ao meio ambiente, não recicláveis e a produção de resíduos.

15.2. Durante a realização dos serviços, a empresa contratada deve estar atenta para minimizar os riscos e impactos ambientais, especialmente no que diz respeito à preservação dos recursos naturais, à correta eliminação de resíduos danosos e à preferência por materiais reciclados. Além disso, é fundamental cumprir as normas ambientais do setor e obter as licenças necessárias.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição visa atender as necessidades de segurança da Sede do 17º BPM/M, situada no município Mogi das Cruzes/SP, local que armazena diversos materiais bélicos edemais itens de valor.

A ausência de um monitoramento eficaz de Circuito Fechado de TV (CFTV), com acompanhamento em tempo real, gravação com alta qualidade nas imagens e vídeos obtidos, representa risco à segurança institucional, podendo gerar prejuízos ao patrimônio público e expor servidores a situações de vulnerabilidade.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NORBERTO MOREIRA DA SILVA

Autoridade competente

SERGIO APOLINARIO

Equipe de apoio

ANEXO II

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANO DOZE

CPA/M-12

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 363/0014/26

Processo SEI nº 057.00194785/2026-46

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2026, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA DOZE – CPA/M-12 E A EMPRESA

O Estado de São Paulo, por meio da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Comando de Policiamento de Área Metropolitana Doze – CPA/M-12, sediado na Rua Coronel Souza Franco, 1010, Centro, Mogi das Cruzes/SP – CEP nº 08.780-120, inscrito no CNPJ sob o nº 04.198.514/0129-18, neste ato representado pelo Cel PM Rodrigo de Oliveira Carneiro, portador do RG sob o nº 20.736.547 e do CPF sob o nº 184.385.028-14, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designada CONTRATADO, neste ato representado(a) por, inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 057.00098941/2026-49 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº PR-363/0006/26, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviços comum com fornecimento de todos os materiais para a instalação de sistema de CFTV na sede do 17º BPM/M e Unidades Subordinadas**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CatSer Compras	Código BEC	Unidade de medida	Quantidade	Valor
1	Serviços comum com fornecimento de todos os materiais para a instalação de sistema de CFTV na sede do 17º BPM/M e Unidades Subordinadas, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 100/2025	22977	87882	unid	1	R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da ordem de início de serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ____/____/____ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 10 (dez) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

10.1.1. O Contratado não poderá realizar subcontratação, tampouco divulgar dados pessoais a qualquer subcontratado, ou substituir subcontratado, exceto se previamente autorizada de forma específica e por escrito pelo Contratante.

10.1.2. O Contratado deve tomar medidas razoáveis para assegurar que empregados, prepostos ou colaboradores de qualquer subcontratado que necessitem conhecer/acessar dados pessoais relacionados à execução deste contrato estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade, e cumprir, no tocante à subcontratação, todas as disposições aplicáveis da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.3. A subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime o Contratado das obrigações decorrentes deste contrato, de modo que o Contratado permanecerá por elas integralmente responsável perante o Contratante, inclusive na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**: A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa

jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 180.363

II. Fonte de Recursos: 150010001

- III. Programa de Trabalho: 180402
- IV. Elemento de Despesa: 339039
- V. Plano Interno: 79
- VI. Nota de Empenho: ____

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Mogi das Cruzes, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III																
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA																
ASSUNTO		Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em instalação de um sistema de vídeo monitoramento, composto por Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR) e Circuito Fechado de TV (CFTV).														
LOCAL		Endereço: Rua Tem José Adolfo de Moura Salles, 61 - Jardim Vitória - Mogi das Cruzes - SP e Outros														
ITEM	Ref.	Fonte	Descrição do Material	17M e FT	1ª Ga	2ª Ga	Biribita	Salesópolis	Pindorama	Talaupeba	Total	Unid.	Material	MDO	C. Total	
1	66.08.610		Unidade gerenciadora digital de vídeo em rede (NVR) de até 16 câmeras IP, armazenamento de 12 TB, 1 interface de rede Gigabit Ethernet e 4 entradas de alarme.	2	1	1	0	0	0	0	4	UN	R\$	R\$	R\$	
2	66.08.340		Unidade de disco rígido (HD) externo de 5 TB	2	1	1	0	0	0	0	4	UN	R\$	R\$	R\$	
3	66.08.600		Unidade gerenciadora digital de vídeo em rede (NVR) de até 8 câmeras IP, armazenamento de 6 TB, 1 interface de rede Fast Etherne	0	0	0	1	1	1	1	4	UN	R\$	R\$	R\$	
4		MER	DISCO RIGIDO 2TB PURPLE – WESTERN DIGITAL	0	0	0	1	1	1	1	4	UN	R\$	R\$	R\$	
5		MER	CAMERA VHD 1220 B FULL COLOR - INTELBRAS	28	14	14	8	8	8	8	88	UN	R\$	R\$	R\$	
6		MER	CAMERA IP 1220 B FULL COLOR - INTELBRAS	4	2	2	0	0	0	0	8	UN	R\$	R\$	R\$	
7	66.20.202		Instalação de câmera fixa para CFTV	32	16	16	8	8	8	8	96	UN	R\$	R\$	R\$	
8	40.02.040		Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	34	18	18	8	8	8	8	102	UN	R\$	R\$	R\$	
9		MER	SWITCH 8 PORTAS GIGA	2	1	1	0	0	0	0	4	UN	R\$	R\$	R\$	
10	39.09.010		Conector terminal tipo BNC com mola	70	40	40	20	20	20	20	230	UN	R\$	R\$	R\$	
11	39.09.015		CONECTORES P4 COM BORNE	40	20	20	10	10	10	10	120	UN	R\$	R\$	R\$	
12		MER	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
13		MER	Sistema ininterrupto de energia, monofásico de 600 VA (127 V/127 V), com autonomia de 10 a 15 minutos - NOBREAK 600VA	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
14	39.12.530		CORDÃO PARALELO 2X2,5MM	40	20	20	20	20	20	20	160	M	R\$	R\$	R\$	
15	69.20.230		Caixa de aço com 8 tomadas 2P+T - 250 V, com cabo REGUA DE 08 TOMADAS 1DA (PADRÃO NACIONAL)	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
16		MER	PACOTE DE 10 PARAFUSOS E PORCA DE RACK	20	10	10	10	10	10	10	80	UN	R\$	R\$	R\$	
17		MER	FONTE DE 12V 5A COM BORNE – MCM	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
18		MER	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios	170	80	80	54	54	54	54	546	M	R\$	R\$	R\$	
19		MER	UNIDUTI RETO 1" (CONEXÃO)	40	20	20	20	20	20	20	160	UN	R\$	R\$	R\$	
20	40.06.510		Condutele em PVC de 1" - com tampa	70	40	40	20	20	20	20	230	UN	R\$	R\$	R\$	
21		MER	UNIDUT MULTIPLO 1"	105	50	50	40	40	40	40	365	UN	R\$	R\$	R\$	
22		MER	ABRAÇADERIA TIPO CUNHA 1"	300	150	150	100	100	100	100	1000	UN	R\$	R\$	R\$	
23		MER	PARAFUSO E BUCHA DE NYLON M8	350	180	180	130	130	130	130	1230	UN	R\$	R\$	R\$	
24		MER	CABO COAXIAL COM ALIMENTAÇÃO 80% MALHA	1600	600	600	300	300	300	300	4000	M	R\$	R\$	R\$	
25		MER	CABO CATSE BLINDADO	305	200	200	200	200	200	200	1505	M	R\$	R\$	R\$	
26		MER	CONECTOR RJ45 CAT5 (PACOTE)	30	20	20	20	20	20	20	150	UN	R\$	R\$	R\$	
27	40.20.240		PLUG "FEMEA" DE TOMADA 10A	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
28	40.20.240		PLUG "MACHO" DE TOMADA 10A	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
29		MER	SMART TV 50" (MONITOR) + SUPORTE	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
30		MER	ADAPTADOR PAR HDMI RJ45 - INTELBRAS	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
31		MER	MOUSE SEMM FIO	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$	R\$	R\$	
TOTAL GERAL															R\$	
TOTAL GERAL (INCLUSO BDI 17%)															R\$	

Data e Local

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III.1

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA 12
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ASSUNTO:		Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em instalação de um sistema de vídeo monitoramento, composto por Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR) e Circuito Fechado de TV (CFTV).				
LOCAL:		Rua Ten José Adolfo de Moura Salles, 61 - Jardim Vitória - Mogi das Cruzes/SP e Outros				
ITEM	LOCAL	SERVIÇO	VALORES	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS
01	17M e FT	Servico de Instalação/montagem de Equipamento de Vigilancia/seguranca e Protecao Sistema de Circuito Fechado de Televisao.	R\$	R\$	R\$	R\$
02	1ª Cia		R\$			
03	2ª Cia		R\$			
04	Biritiba		R\$			
05	Salesópolis		R\$			
06	Pindorama		R\$			
07	Taiáçupeba		R\$			
VALOR TOTAL DO SERVIÇO COM MÃO DE OBRA E MATERIAL			R\$			
VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI 17%			R\$			
VALOR TOTA DO SERVIÇO COM MÃO DE OBRA E MATERIAL			R\$	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL MEDIÇÃO (INCLUSO BDI 17%)			R\$	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL ACUMULADO COM BDI			R\$	R\$	R\$	R\$

Local, data

Responsável Legal

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 363/0014/26, Processo SEI nº 057.00194785/2026-46, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 363/0014/26, Processo SEI nº 057.00194785/2026-46, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 363/0014/26, Processo SEI nº 057.00194785/2026-46, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 363/0014/26, Processo SEI nº 057.00194785/2026-46, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA															
ASSUNTO		Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em instalação de um sistema de vídeo monitoramento, composto por Gravador Digital Inteligente de Vídeo (DVR) e Circuito Fechado de TV (CFTV).													
LOCAL		Endereço: Rua Ten José Adolfo de Moura Salles, 61 - Jardim Vitória - Mogi das Cruzes -SP													
ITEM	Ref.	Fonte	Descrição do Material	17M e FT	1ª Cia	2ª Cia	Birtiba	Salesopolis	Pindorama	Talaçupeba	Total	Unid.	Material	MDO	C. Total
1	66.08.610		Unidade gerenciadora digital de vídeo em rede (NVR) de até 16 câmeras IP, armazenamento de 12 TB, 1 interface de rede Gigabit Ethernet e 4 entradas de alarme.	2	1	1	0	0	0	0	4	UN	R\$ 2.203,12	R\$ 263,65	R\$ 9.867,08
2	66.08.340		Unidade de disco rígido (HD) externo de 5 TB	2	1	1	0	0	0	0	4	UN	R\$ 1.139,65	R\$ 3,69	R\$ 4.573,36
3	66.08.600		Unidade gerenciadora digital de vídeo em rede (NVR) de até 8 câmeras IP, armazenamento de 6 TB, 1 interface de rede Fast Etherne	0	0	0	1	1	1	1	4	UN	R\$ 1.771,58	R\$ 175,76	R\$ 7.789,36
4		MER	DISCO RIGIDO 2TB PURPLE – WESTERN DIGITAL	0	0	0	1	1	1	1	4	UN	R\$ 811,53	R\$ 3,69	R\$ 3.260,88
5		MER	CAMERA VHD 1220 8 FULL COLOR - INTELBRAS	28	14	14	8	8	8	8	88	UN	R\$ 270,00	R\$ 0,00	R\$ 23.760,00
6		MER	CAMERA IP 1220 8 FULL COLOR - INTELBRAS	4	2	2	0	0	0	0	8	UN	R\$ 600,00	R\$ 0,00	R\$ 4.800,00
7	66.20.202		Instalação de câmera fixa para CFTV	32	16	16	8	8	8	8	96	UN	R\$ 0,00	R\$ 203,88	R\$ 19.572,48
8	40.02.040		Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	34	18	18	8	8	8	8	102	UN	R\$ 17,79	R\$ 15,07	R\$ 3.351,72
9		MER	SWITCH 8 PORTAS GIGA	2	1	1	0	0	0	0	4	UN	R\$ 520,00	R\$ 50,00	R\$ 2.280,00
10	39.09.010		Conector terminal tipo BNC com mola	70	40	40	20	20	20	20	230	UN	R\$ 12,14	R\$ 5,02	R\$ 3.946,80
11	39.09.015		CONECTORES P4 COM BORNE	40	20	20	10	10	10	10	120	UN	R\$ 9,27	R\$ 5,02	R\$ 1.714,80
12		MER	Rack fechado padrão metálico, 19 x 12 Us x 470 mm	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 956,66	R\$ 347,13	R\$ 10.430,32
13		MER	Sistema ininterrupto de energia, monofásico de 600 VA (127 V/127 V), com autonomia de 10 a 15 minutos - NOBREAK 600VA	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 650,00	R\$ 50,24	R\$ 5.601,92
14	39.12.530		CORDÃO PARALELO 2X2.5MM	40	20	20	20	20	20	20	160	M	R\$ 7,61	R\$ 5,02	R\$ 2.020,80
15	69.20.230		Calha de aço com 8 tomadas 2P+T - 250 V, com cabo REGUA DE 08 TOMADAS 10A (PADRÃO NACIONAL)	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 97,81	R\$ 2,04	R\$ 798,80
16		MER	PACOTE DE 10 PARAFUSOS E PORCA DE RACK	20	10	10	10	10	10	10	80	UN	R\$ 1,30	R\$ 5,00	R\$ 504,00
17		MER	FONTE DE 12V 5A COM BORNE – MCM	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 172,00	R\$ 2,51	R\$ 1.396,08
18		MER	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1' com acessórios	170	80	80	54	54	54	54	546	M	R\$ 18,40	R\$ 2,00	R\$ 11.138,40
19		MER	UNIDUTI RETO 1" (CONEXÃO)	40	20	20	20	20	20	20	160	UN	R\$ 11,80	R\$ 1,00	R\$ 2.048,00
20	40.06.510		Condutele em PVC de 1" - com tampa	70	40	40	20	20	20	20	230	UN	R\$ 18,87	R\$ 25,12	R\$ 10.117,70
21		MER	UNIDUT MULTIPLO 1"	105	50	50	40	40	40	40	365	UN	R\$ 4,20	R\$ 1,00	R\$ 1.898,00
22		MER	ABRAÇADEIRA TIPO CUNHA 1"	300	150	150	100	100	100	100	1000	UN	R\$ 3,17	R\$ 0,20	R\$ 3.370,00
23		MER	PARAFUSO E BUCHA DE NYLON M8	350	180	180	130	130	130	130	1230	UN	R\$ 1,00	R\$ 0,25	R\$ 1.537,50
24		MER	CABO COAXIAL COM ALIMENTAÇÃO 80% MALHA	1600	600	600	300	300	300	300	4000	M	R\$ 1,97	R\$ 0,25	R\$ 8.880,00
25		MER	CABO CATSE BLINDADO	305	200	200	200	200	200	200	1505	M	R\$ 4,30	R\$ 0,25	R\$ 6.847,75
26		MER	CONECTOR RJ45 CAT5 (PACOTE)	30	20	20	20	20	20	20	150	UN	R\$ 1,70	R\$ 0,25	R\$ 292,50
27	40.20.240		PLUG "FEMEA" DE TOMADA 10A	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 9,17	R\$ 10,05	R\$ 153,76
28	40.20.240		PLUG "MACHO" DE TOMADA 10A	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 9,17	R\$ 10,05	R\$ 153,76
29		MER	SMART TV 50" (MONITOR) + SUPORTE	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 2.700,00	R\$ 150,00	R\$ 22.800,00
30		MER	ADAPTADOR PAR HDMI RJ45 - INTELBRAS	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 105,00	R\$ 7,54	R\$ 900,32
31		MER	MOUSE SEMM FIO	2	1	1	1	1	1	1	8	UN	R\$ 66,00	R\$ 0,05	R\$ 528,40
TOTAL GERAL															176.334,49
TOTAL GERAL (INCLUSO BDI 17%)															206.311,35



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;**
- II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;**
- III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;**
- IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.**

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

- I - sanção de multa pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública